



## **Demonstrações Financeiras Anuais Completas**

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração.



**DECLARAÇÃO  
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, Rodovia Washington Luis, km 216,8, CEP 13530-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.555.926/0001-79, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Itirapina, 29 de Março de 2016.

**Linomar Barros Deroldo**  
Diretor Presidente

**Olga Maria Ulian Cotrim**  
Diretora Superintendente

**Alessandro Scotoni Levy**  
Diretor de Relações com Investidores

**Maria de Castro Michielin**  
Diretora Jurídica



**DECLARAÇÃO  
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, Rodovia Washington Luis, km 216,8, CEP 13530-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.555.926/0001-79, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Itirapina, 29 de Março de 2015.

**Linomar Barros Deroldo**  
Diretor Presidente

**Olga Maria Ulian Cotrim**  
Diretora Superintendente

**Alessandro Scotoni Levy**  
Diretor de Relações com Investidores

**Maria de Castro Michielin**  
Diretora Jurídica

# ***Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.***

*Demonstrações Financeiras Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015  
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.  
São Carlos - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para sociedades abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 25 de fevereiro de 2015.

Campinas, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour  
Contador  
CRC nº 1 SP 156465/O-9



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	01.01.2015 à	01.01.2014 à
		31.12.2015	31.12.2014
Receita de pedágio		369.932	370.838
Receita acessórias		2.704	2.852
Conserva de rotina		-	-
Outras receitas		-	-
Receitas de serviços de construção		42.651	6.451
<b>RECEITA BRUTA</b>		<b>415.287</b>	<b>380.141</b>
ISS		(18.599)	(18.660)
COFINS		(11.298)	(11.326)
PIS		(2.447)	(2.453)
Outras Deduções		-	-
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>		<b>(32.344)</b>	<b>(32.439)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>18</b>	<b>382.943</b>	<b>347.702</b>
Pessoal		(13.350)	(13.518)
Serviços de Terceiros		(8.966)	(10.000)
Conservação de Rotina		(8.338)	(9.463)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis		(974)	(567)
Consumo		(2.254)	(1.227)
Transportes		(3.670)	(2.955)
Verba de Fiscalização (federais)		-	-
Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (Laboratórios)		-	-
Seguros/Garantias		(1.917)	(1.866)
Ônus variável		(5.588)	(5.605)
Custos de serviços da Manutenção		(51.468)	(38.735)
Custos de serviços da Construção		(42.651)	(6.451)
Depreciação de Investimentos		(56.881)	(39.598)
Amortização Outorga		-	(1.911)
Diversas		(30)	(334)
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>19</b>	<b>(196.087)</b>	<b>(132.230)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>			
Equivalência patrimonial	<b>9</b>	-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>186.856</b>	<b>215.472</b>
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal		(9.797)	(7.256)
Serviços de terceiros		(3.437)	(4.165)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis		(264)	(86)
Consumo		(2.799)	(2.428)
Transportes		(787)	(602)
Seguros/Garantias		(4)	(22)
Provisão para Contingências		(390)	(328)
Despesas com Comunicação e Marketing		(1.137)	(253)
Depreciação e amortização		(277)	(777)
Diversas		(869)	(326)
Gerais e administrativas	<b>19</b>	(19.761)	(16.243)
Remuneração da Administração	<b>13</b>	(1.867)	(949)
Tributárias		(53)	(67)
Amortização do ágio em investimentos		-	-
Outras receitas operacionais, líquidas		62	-
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>165.237</b>	<b>198.213</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Juros ativos		46.751	29.061
Aplicações financeiras		18.783	24.646
Atualização monetária do ônus da Concessão		-	-
Encargos Financeiros - reversão de ajuste a valor presente		-	-
Outras receitas		-	9
<b>Receitas financeiras</b>	<b>20</b>	<b>65.534</b>	<b>53.716</b>
Encargos financeiros		(74.864)	(62.908)
Atualização monetária do ônus da Concessão		(4.213)	(3.449)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente		(4.745)	(3.837)
Outras despesas		(3.436)	(2.981)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>20</b>	<b>(87.258)</b>	<b>(73.175)</b>
Variação cambial, líquida		-	-
		(21.724)	(19.459)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>143.513</b>	<b>178.754</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Correntes	<b>22</b>	(43.678)	(56.938)
Diferidos	<b>22</b>	(2.984)	(1.593)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>96.851</b>	<b>120.223</b>
<b>LUCRO ATRIBUÍDO A</b>			
Participação de controladores		96.851	120.223
<b>LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$</b>	<b>23</b>	<b>0,9543</b>	<b>1,1846</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	31.12.2015	31.12.2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do período	96.851	120.223
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>		
Depreciações e amortizações	57.158	42.286
Baixa de ativos permanentes	69	24
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.984	1.593
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	4.213	3.463
Receitas com aplicações financeiras vinculadas	(4.134)	(3.071)
Juros e variações monetárias de empréstimos	57	36
Juros e variações monetárias de debêntures	73.782	61.041
Despesas (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	4.745	3.837
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	390	272
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	44.898	(5.115)
Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(46.751)	(29.061)
Outros	-	-
<b>Redução/(aumento) dos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber	517	(2.348)
Contas a receber - partes relacionadas	-	5
Despesas antecipadas	126	(167)
Impostos a recuperar	(2.819)	1.553
Outros créditos e depósitos judiciais	241	(93)
<b>Redução/(aumento) dos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	1.620	850
Fornecedores - partes relacionadas	3.557	1.104
Cauções contratuais de fornecedores	(752)	1.115
Obrigações sociais	(251)	(503)
Obrigações fiscais	42.989	21.573
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.636)	(30.511)
Outras contas a pagar	(1.277)	2.104
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(330)	(282)
Credores pela concessão	(1)	14
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>235.246</b>	<b>189.942</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(224)	(465)
Aquisições de itens do intangível	(99.315)	(5.531)
Aplicação financeira vinculada	(55.564)	(69.785)
Valor resgatado das aplicações financeiras vinculadas	67.348	31.928
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(87.755)</b>	<b>(43.853)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>		
Captações	-	1.066
Pagamentos de principal	(284)	(3.454)
Pagamentos de juros	(58)	(56)
<b>Debêntures:</b>		
Emissão de debêntures	-	400.000
Pagamento de principal	(154.240)	(84.168)
Pagamento de juros	(78.119)	(50.988)
Empréstimos a partes relacionadas	30.000	(135.000)
Pagamento de credores pela concessão	(11.940)	(11.275)
Integralizações de capital	-	-
Pagamento de dividendos	(108.846)	(113.860)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(5.742)	(2.752)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>(329.229)</b>	<b>(487)</b>
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(181.738)	145.602
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	192.662	47.060
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>10.924</b>	<b>192.662</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## CENTROVIAS

### DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<b>RECEITAS</b>		
Prestação de serviços	369.932	370.838
Receita dos serviços de construção	42.651	6.451
Outras receitas	2.704	2.852
	<u>415.287</u>	<u>380.141</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Custo dos serviços prestados	(21.215)	(23.263)
Custo dos serviços de construção	(42.651)	(6.451)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.396)	(7.518)
Custo da concessão	(9.801)	(9.054)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(51.468)	(38.735)
Outros	(391)	(2.159)
	<u>(135.922)</u>	<u>(87.180)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>279.365</u>	<u>292.961</u>
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	(57.158)	(42.286)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDC)</b>	<u>222.207</u>	<u>250.675</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	65.534	53.717
Dividendos recebidos	-	-
Juros capitalizados	-	-
Outros	72	-
	<u>65.606</u>	<u>53.717</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u>287.813</u>	<u>304.392</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	15.615	13.577
Benefícios	5.631	3.595

FGTS	1.394	1.364
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	65.974	75.457
Estaduais	19	252
Municipais	18.600	18.660
Outros	27	-
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	76.680	64.639
Juros capitalizados BNDES	-	-
Juros capitalizados Debentures	-	-
Aluguéis	2.277	1.535
Outras	4.745	5.090
Remuneração de capitais próprios:		
Juros sobre o capital próprio	6.283	5.789
Juros capitalizados sobre Mútuos	-	-
Integralização de Capital	-	4.980
Dividendos	51.221	56.809
Lucro do exercício	39.347	52.645
	<u>287.813</u>	<u>304.392</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	96.851	120.223
	-	-
	-	-

CENTROVIAS S/A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Subscrito	Capital social		Reserva de capital	Reservas de lucros			Total	
		A integralizar	Integralizado		Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		Lucros acumulados
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>104.798</b>	<b>(33.959)</b>	<b>70.839</b>	-	<b>14.168</b>	-	<b>62.031</b>	-	<b>147.038</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	120.223	120.223
Integralização de Capital	-	4.980	-	-	-	-	(4.980)	-	-
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(57.051)	(56.809)	(113.860)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(5.789)	(5.789)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros retidos	-	-	-	-	-	-	57.625	(57.625)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>104.798</b>	<b>(28.979)</b>	<b>75.819</b>	-	<b>14.168</b>	-	<b>57.625</b>	-	<b>147.612</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>104.798</b>	<b>(28.979)</b>	<b>75.819</b>	-	<b>14.168</b>	-	<b>57.625</b>	-	<b>147.612</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	96.851	96.851
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	-	-	-	-	996	-	-	(996)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(57.625)	(51.221)	(108.846)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(6.283)	(6.283)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros retidos	-	-	-	-	-	-	38.351	(38.351)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>104.798</b>	<b>(28.979)</b>	<b>75.819</b>	-	<b>15.164</b>	-	<b>38.351</b>	-	<b>129.334</b>
									<b>CHK</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS S/A

Demonstrações do resultado abrangente  
Período findo em 31 de Dezembro 2015  
(Em milhares de Reais - R\$)

---

	<u>31.12.2015</u>
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	96.851
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>96.851</u>

---

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

---

---

---

**31.12.2014**

---

---

120.223

-

---

**120.223**

---

---

---

---

***Centrovias                      Sistemas***  
***Rodoviários S.A.***

Demonstrações Financeiras referentes ao  
exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e  
relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras

Deloitte    Touche    Tohmatsu    Auditores  
Independentes

## CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais-R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade iniciou suas operações em 9 de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 16/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP-310 (Washington Luís) de São Carlos a Cordeirópolis, SP-225 (Engenheiro Paulo Nilo Romano) de Itirapina a Jaú e SP-225 (Comandante João Ribeiro de Barros) de Jaú a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A.. A concessionária conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica e a capacidade de gerar caixa para prover recursos suficientes, de modo que a mesma possa lidar com suas obrigações com terceiros e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados e distribuir dividendos para sua controladora.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

#### 2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e 15, respectivamente.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”) o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o exercício de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.



Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio eram reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do secretário estadual de logística e transportes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012, e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Em antecipação ao reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013.

Excepcionalmente nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1 de julho de 2013, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente a outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,17%. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 19 de setembro de 2014 a Sociedade obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio. O índice de reajuste a ser aplicado é de

6,37% e está de acordo com a variação acumulada do IPCA registrada no exercício de junho de 2013 até maio de 2014. O reajuste das tarifas ocorreu a partir da zero hora daquela data.

Em 27 de setembro de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Autorização da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2015 pelo índice IGP-M.

Na data base de 31 de dezembro de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

NA SP-225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e o km 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e o km 235 + 040.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$2.058 (R\$42.152 em 31 de dezembro de 2014) referente a investimentos para melhoria na infraestrutura, e de R\$82.712 (R\$97.309 em 31 de dezembro de 2014) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Os valores referentes a 31 de dezembro de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do exercício de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o exercício de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do

pavimento. Nesse exercício, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

#### Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

### Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2016, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

### Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de

encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

##### Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

##### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

##### a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em exercício inferior a 90 dias.

##### b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o exercício de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

### Instrumentos financeiros passivos

#### a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

#### b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº15.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

### Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

#### a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

#### b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme a nota explicativa [nº 8].

### Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são retidos pelo arrendador e são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

### Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O



fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

#### Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

**Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

**Credores da concessão:** decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	39.785	31.199
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	38.530	30.188
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.255)</u>	<u>(1.011)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	13.077	12.217
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	12.745	11.912
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(332)</u>	<u>(305)</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	23.129	37.183
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	20.917	33.399
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(2.212)</u>	<u>(3.784)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	18.406	28.402
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	16.903	25.464
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.503)</u>	<u>(2.938)</u>

(\*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

#### Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

#### Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

#### Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 – Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 – Combinações de negócios.	(1)
Alterações a IAS 16 a IAS 38 – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações a IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações a IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou	As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um	(1)

contribuição em ativos entre investidor e associada ou joint venture	investidor e sua coligada ou joint venture.	
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para consolidação	As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.	(1)
Alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Fornece as esclarecimentos sobre a melhoria das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras sobre as atividades de financiamento.	(2)
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Fornece as alterações sobre o reconhecimento e mensuração de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais.	(2)
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Revisão em 2014 contém exigências para: a)	(3)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge. Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por	(3)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(4)

- (1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;  
 (2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;  
 (3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;  
 (4) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entrou em vigor no presente exercício. Não há impactos dessa alteração, uma vez que não é aplicável a Sociedade.

Pronunciamento	Descrição
<p>Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos – contribuições dos empregados</p> <p>Alterações as IFRSs – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)</p>	<p>Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado</p> <p>As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.</p>

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.624	1.623
Aplicações financeiras (*)	<u>9.300</u>	<u>191.039</u>
Total	<u><u>10.924</u></u>	<u><u>192.662</u></u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. As aplicações financeiras são remuneradas na média a [101,13%] da variação do CDI no exercício.

## 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (**)	22.539	23.266
Cupons de pedágio a receber	168	331
Cartões de pedágio a receber	507	152
Receitas acessórias a receber	398	380
Total	<u>23.612</u>	<u>24.129</u>

(\*\*) Conforme nota explicativa nº 24.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

## 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

### Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros anuais e da parcela de principal das debêntures da 1ª emissão da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor da aplicação é de R\$51.726 (R\$60.112 em 31 de dezembro de 2014), essas aplicações foram remuneradas em média 97,41% da variação do CDI.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Bases do ativo diferido:		
Provisão de participação nos lucros	716	697
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	1.327	1.267
Direito de concessão incorporado (b)	(1.554)	(2.009)
Provisão para manutenção	59.447	63.587
Ajuste dos encargos financeiros	1.652	335
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças ativas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	28.715	28.715
Amortização ativas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(11.814)	(5.330)
Base de cálculo	<u>78.489</u>	<u>87.262</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>26.686</u>	<u>29.670</u>

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando antecipadamente a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Ativo não circulante</u>	
2016	7.669
2017	7.607
2018	7.607
2019	3.803
	<u>26.686</u>



## 9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2013	875	2.911	102	3.888
Adições	87	79	1.211	1.377
Transferências / Reclassificações	(26)	(66)	(1)	(93)
Alienações/baixas	(37)	(6)		(43)
Saldo em 31.12.2014	899	2.918	1.312	5.129
Adições	16	207	1	224
Transferências / Reclassificações	-	-	(1.212)	(1.212)
Alienações/baixas	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31.12.2015	914	3.125	101	4.140
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2013	(475)	(2.236)	(102)	(2.813)
Depreciações	(84)	(644)	(49)	(777)
Transferências / Reclassificações	-	418	-	418
Alienações/baixas	56	(9)	5	52
Saldo em 31.12.2014	(503)	(2.471)	(146)	(3.120)
Depreciações	(122)	(201)	(16)	(339)
Transferências / Reclassificações	-	-	62	62
Alienações/baixas	1	-	-	1
Saldo em 31.12.2015	(624)	(2.672)	(100)	(3.396)
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2014	396	447	1.166	2.009
Saldo em 31.12.2015	290	453	1	744
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<b>Custo do intangível</b>						
Saldo em 31.12.2013	582.096	40.280	9.474	2.178	-	634.028
Adições	6.357	-	-	94	-	6.451
Transferências / Reclassificações	57	-	-	36	-	93
Alienações/baixas	(34)	-	-	-	-	(34)
Saldo em 31.12.2014	588.476	40.280	9.474	2.308	-	640.538
Adições	34.534	-	-	140	6.834	41.508
Transferências / Reclassificações	1.212	-	-	(69)	-	1.212
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	(69)
Saldo em 31.12.2015	624.222	40.280	9.474	2.379	6.834	683.189
<b>Amortização acumulada</b>						
Saldo em 31.12.2013	(344.175)	(29.580)	(6.890)	(1.232)	-	(381.877)
Amortizações	(38.827)	(1.911)	(515)	(256)	-	(41.509)
Transferências / Reclassificações	(418)	-	-	-	-	(418)
Saldo em 31.12.2014	(383.420)	(31.491)	(7.405)	(1.488)	-	(423.804)
Amortizações	(49.763)	(6.241)	(577)	(238)	-	(56.819)
Transferências / Reclassificações	(62)	-	-	-	-	(62)
Saldo em 31.12.2015	(433.245)	(37.732)	(7.982)	(1.726)	-	(480.685)
<b>Intangível líquido</b>						
Saldo em 31.12.2014	205.056	8.789	2.069	820	-	216.734
Saldo em 31.12.2015	190.977	2.548	1.492	653	-	202.504
Taxas de amortização - a.a.	22%	22%	22%	22%	-	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Centrovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	outubro/2017	428	286
Passivo não circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	outubro/2017	<u>355</u>	<u>782</u>
Total			<u><u>783</u></u>	<u><u>1.068</u></u>

(a) Recursos obtidos para financiamento de veículos, tendo como garantia o próprio bem.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam vencimento em 2017.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

## 12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2015</u>		<u>31.12.2014</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	120.000	IPCA + 8,0% a.a.	março/2017	77.438	46.742	62.890	105.618
2ª emissão (b)	<u>40.000</u>	<u>CDI + 0,99% a.a.</u>	<u>junho/2018</u>	<u>115.370</u>	<u>171.520</u>	<u>115.379</u>	<u>285.760</u>
	<u><u>160.000</u></u>			<u><u>192.808</u></u>	<u><u>218.262</u></u>	<u><u>178.269</u></u>	<u><u>391.378</u></u>
Custo de transação				<u>(574)</u>	<u>(325)</u>	<u>(896)</u>	<u>(899)</u>
Total				<u><u>192.234</u></u>	<u><u>217.937</u></u>	<u><u>177.373</u></u>	<u><u>390.479</u></u>

(a) 1ª emissão de debêntures - 2ª série de 15 de março de 2010 com valor real unitário em 31 de março de 2015 de R\$1 (mil reais) cada uma.

(b) 2ª emissão de debêntures emitidas em 20 de março de 2014 com valor real unitário em 31 de março de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª emissão	15.03.2010	120.000	27.04.2010	121.899
2ª emissão	20.03.2014	<u>400.000</u>	<u>25.03.2014</u>	<u>400.527</u>
		<u><u>520.000</u></u>		<u><u>522.426</u></u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março e passou a ser amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão é paga semestralmente desde 20 de dezembro de 2014 e amortizada semestralmente desde 20 de junho de 2015.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxo de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	160.698
2018	57.239
	<u>217.937</u>

As debêntures da 2ª série da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Para a 1ª emissão conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, todas arquivadas na CVM.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas até o limite de 51%. Atualmente esse percentual se encontra em 51%.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº 7.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em [31 de dezembro de 2015 e de 2014] e as transações realizadas nos exercícios findos em [31 de dezembro de 2015 e de 2014], com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimo:		
Arteris S.A. (c)	32.062	24.702
Contas a receber:		
Autovias S.A.	-	6
Total	<u>32.062</u>	<u>24.708</u>
 <u>Ativo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A. (c)	<u>296.580</u>	<u>294.201</u>
Total	<u>296.580</u>	<u>294.201</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	1.518	1.101
Autovias S.A.	154	73
Vianorte S.A.	196	49
Latina Manutenção de Rodovias (a)	274	703
Latina Sinalização de Rodovias (a)	743	320
Total	<u>2.885</u>	<u>2.246</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	<u>2.982</u>	<u>3.386</u>
Total	<u>2.982</u>	<u>3.386</u>

Contas de Resultado:	31.12.2015			31.12.2014		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)
Arteris S.A.(c)	-	46.751	11.604	-	29.061	9.577
Latina Manutenção de Rodovias (a)	2.978	-	-	8.924	-	-
Latina Sinalização de Rodovias (a)	-	-	-	2.361	-	-
Total	<u>2.978</u>	<u>46.751</u>	<u>11.604</u>	<u>11.285</u>	<u>29.061</u>	<u>9.577</u>

- (a) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (b) Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Decorrentes de contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
22.08.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	20.000	19.684	15.385
18.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	15.000	14.511	11.314
04.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	2.000	1.836	1.421
17.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	7.281	5.625
18.04.2013	dezembro/2017	CDI + 1,70% a.a. (i)	53.000	164	9.289
21.06.2013	dezembro/2017	CDI + 1,70% a.a.	30.000	9.246	4.797
09.05.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	10.000	2.016	681
20.05.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	40.000	7.932	2.607
10.06.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	55.000	10.520	3.241
07.07.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	30.000	5.485	1.543
			<u>263.000</u>	<u>78.675</u>	<u>55.903</u>

- (i) Em dezembro de 2015 a Sociedade recebeu parcialmente R\$30.000 referente à principal.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.867 (R\$949 em 31 de dezembro de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o

período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$716 e R\$697.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

#### 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Imposto de renda	5.606	4.619
Contribuição social	3.117	2.825
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	17	247
Programa de integração social - PIS	251	214
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.213	989
Tributos federais retidos	95	163
Impostos sobre serviços - ISS	1.909	1.853
Total	<u>12.208</u>	<u>10.910</u>



## 15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Circulante				
Direito de outorga	12.255	11.422	12.587	11.727
Parcela variável (a)	490	490	490	490
Total	<u>12.745</u>	<u>11.912</u>	<u>13.077</u>	<u>12.217</u>
	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Não circulante				
Direito de outorga	16.903	25.464	18.406	28.402
Total	<u>16.903</u>	<u>25.464</u>	<u>18.406</u>	<u>28.402</u>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2015 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Quantidade de parcelas	12	17	29

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$17.529 (R\$11.940) de parcela fixa e R\$5.589 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	11.931
2018	<u>4.972</u>
	<u><u>16.903</u></u>

## 16. PROVISÕES

### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2015</u>
Cíveis	292	320	(46)	(270)	296
Trabalhistas	975	142	(26)	(60)	1.031
Total	<u>1.267</u>	<u>462</u>	<u>(72)</u>	<u>(330)</u>	<u>1.327</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	273	264	(32)	(213)	292
Trabalhistas	1.004	77	(37)	(69)	975
Total	<u>1.277</u>	<u>341</u>	<u>(69)</u>	<u>(282)</u>	<u>1.267</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e outros ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$672, R\$670 e R\$56, respectivamente, em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2015 (R\$584 e R\$127 respectivamente, em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$21 (R\$265 em 31 de dezembro de 2014) referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2013	20.421	44.444
Adições	-	28.353
Utilizações	(33.468)	-
Ajuste a valor presente	-	3.837
Transferências	43.235	(43.235)
Saldos em 31.12.2014	<u>30.188</u>	<u>33.399</u>
Adições	-	44.898
Utilizações	(53.783)	-
Ajuste a valor presente	-	4.745
Transferências	62.125	(62.125)
Saldo em 31.12.2015	<u>38.530</u>	<u>20.917</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findado em 31 de dezembro de 2015, referente às manutenções realizadas, foram de R\$67.781 (R\$39.091 em 31 de dezembro de 2014).

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$104.798, integralizado pelo valor de R\$75.819. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

	<u>31.12.2015</u>		
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	101.483.834	73.421.370	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$57.625, pagos em março de 2015 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 18 de setembro de 2015 a sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2015 no montante de R\$51.221, mediante a utilização dos saldos da conta de reservas de lucros.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro líquido do exercício	96.851	120.223
Reserva legal	(996)	-
Base de cálculo	95.855	120.223
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>23.964</u>	<u>30.056</u>
Dividendos antecipados	(51.221)	(56.809)
Juros sobre capital próprio	(6.283)	(5.789)
Dividendo adicional proposto	<u>(38.351)</u>	<u>(57.625)</u>
	<u>(95.855)</u>	<u>(120.223)</u>

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade propôs distribuição lucros antecipada sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$6.283, líquido de R\$945, referente ao imposto de renda retido na fonte. Deste montante R\$2.356 foram pagos aos acionistas em 30 de setembro de 2015 e R\$2.982 esta previsto para o decorrer de 2016.

## 18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita de serviços prestados	369.932	370.838
Receita de serviços de construção	42.651	6.451
Outras receitas	2.704	2.852
	<u>415.287</u>	<u>380.141</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita bruta	415.287	380.141
ISSQN	(18.599)	(18.660)
PIS	(2.447)	(2.453)
COFINS	(11.298)	(11.326)
Receita líquida	<u>382.943</u>	<u>347.702</u>

## 19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(9.797)	(7.256)
Serviços de terceiros	(3.437)	(4.165)
Manutenção de bens e conservação	(264)	(86)
Depreciação / Amortização	(277)	(777)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(390)	(328)
Seguros/Garantias	(4)	(22)
Consumo	(2.799)	(2.428)
Transportes	(787)	(602)
Outros	(2.006)	(579)
Total	<u>(19.761)</u>	<u>(16.243)</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(42.651)	(6.451)
Com pessoal	(13.350)	(13.518)
Serviços de terceiros	(8.966)	(10.000)
Conservação	(8.338)	(9.463)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(974)	(567)
Consumo	(2.254)	(1.227)
Transportes	(3.670)	(2.955)
Seguros / Garantias	(1.917)	(1.866)
Custos com poder concedente	(5.588)	(5.605)
Provisão de manutenção em rodovias	(51.468)	(38.735)
Depreciação / Amortização	(56.881)	(41.509)
Outros	(30)	(334)
Total	<u>(196.087)</u>	<u>(132.230)</u>

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	46.751	29.061
Aplicações financeiras	18.783	24.646
Outras receitas	-	9
Total	<u>65.534</u>	<u>53.716</u>
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(74.864)	(62.908)
Atualização monetária do ônus da concessão	(4.213)	(3.449)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(4.745)	(3.837)
Outras despesas	(3.436)	(2.981)
Total	<u>(87.258)</u>	<u>(73.175)</u>

## 21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa [nº 5].

## (b) Informações suplementares

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	20.997	7.688
Integralização de capital – reservas de lucro	-	4.980
Juros sobre capital próprio	2.982	3.386
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(78.804)	(5.856)

## 22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos [exercícios] findos em [31 de dezembro de 2015 e de 2014] é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	143.513	178.754
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(48.794)	(60.776)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	2.136	1.968
Outros ajustes	(4)	277
Despesa contabilizada	<u>(46.662)</u>	<u>(58.531)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(43.678)	(56.938)
Diferido	(2.984)	(1.593)
	<u>(46.662)</u>	<u>(58.531)</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou antecipadamente esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2014.

## 23. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	96.851	120.223
Número de ações durante o ano	<u>101.484</u>	<u>101.484</u>
Lucro por ação	<u>0,95430</u>	<u>1,18460</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:



Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	31.12.2015	31.12.2014
	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	10.924	192.662
Aplicações financeiras	51.726	60.112
Partes relacionadas	328.642	318.909
Contas a receber clientes	23.612	24.129
Outras contas a receber	73	70
	31.12.2015	31.12.2014
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	8.866	9.104
Empréstimos e financiamentos	783	1.068
Debêntures	410.171	567.852
Partes relacionadas	5.867	5.632
Credores pela concessão	29.648	37.376
Outras contas a pagar	124	2.297

Não existem diferenças entre o valor de custo amortizado e o valor justo nos instrumentos financeiros da companhia.

#### Riscos de mercado

##### a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

##### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de

25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	13,75%	17,19%	20,63%	10,31%
Juros a incorrer (*)	(37.093)	(45.803)	(54.530)	(28.403)
Receita de aplicações (*)	8.202	10.253	12.303	6.152
Receita financeira de mútuos (*)	49.740	60.946	72.107	31.118
IPCA	7,44%	9,30%	11,16%	5,58%
Juros a incorrer (*)	<u>(11.665)</u>	<u>(13.147)</u>	<u>(14.633)</u>	<u>(10.187)</u>
Juros a incorrer (*)	<u>9.184</u>	<u>12.249</u>	<u>15.247</u>	<u>(1.320)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

#### c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$22.539 (R\$23.266 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

#### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do

exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2015	2016	2017	Total
Debêntures - CDI	14,40%	-	150.774	193.114	343.888
Debêntures - IPCA	20,10%	-	69.894	72.213	142.107
Finame	6,00%	-	461	365	826
Credores pela concessão	10,60%	4.060	13.411	20.005	37.476
Total		<u>4.060</u>	<u>234.541</u>	<u>285.697</u>	<u>524.298</u>

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

## 26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em [31 de dezembro de 2015], as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	25.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	135.767

(\*) Por sinistro

## 27. EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme se depreende da nota explicativa das demonstrações financeiras, em 19 de setembro de 2014, a Sociedade obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio. O índice de reajuste aplicado foi de 6,37% e está de acordo com a variação acumulada do IPCA registrada no exercício de junho de 2013 até maio de 2014. O reajuste das tarifas ocorreu a partir da zero hora de 19 de setembro de 2014. Em 21 de março de 2016, a Sociedade foi intimada da decisão de 1ª instância, que julgou improcedente a referida ação, revogando-se a liminar concedida, sendo que, as zero horas do dia 22 de março 2016, a Sociedade passou a cobrar a tarifa de pedágio, sem o reajuste total relativo ao exercício de junho de 2013 à maio de 2014. A Sociedade vai recorrer da referida decisão

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
DA CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Companhia” ou “Centrovias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

**CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE**

A Companhia iniciou suas operações em 9 de junho de 1998 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pela SP-310 Rod. Washington Luís (Cordeirópolis a São Carlos), SP-225 Rod. Engenheiro Paulo Nilo Romano (Itirapina a Jaú) e SP-225 Rod. Comandante João Ribeiro de Barros (Jaú a Bauru), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 21 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 19 de junho de 2019. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

<b>Nome da praça</b>	<b>Localização</b>	<b>Tarifa (R\$)</b>
Itirapina	SP 310/ KM 217	4,60
Rio Claro	SP 310/ KM 181 + 370	7,70
Brotas	SP 225/ KM 106 + 900	6,50
Dois Córregos	SP 225/ KM 143 + 850	7,50
Jaú	SP 225/ KM 199 + 380	9,70

## **EVENTOS RELEVANTES**

### **TERMO ADITIVO MODIFICATIVO**

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM teve como objeto a alteração: (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Companhia, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGP-M, mas com repasse zero aos usuários.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras e (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

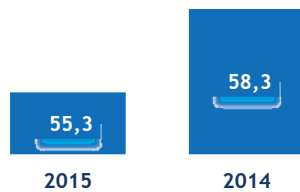
## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### Tráfego

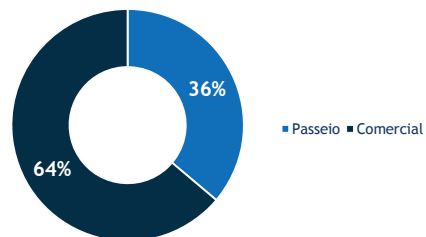
O tráfego pedagiado totalizou 55,3 milhões de veículos equivalentes em 2015, 5,1% inferior quando comparado ao exercício anterior. Além dos fatores históricos que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas tais como os relacionados à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias, ainda que minimizado pela cobrança de eixos suspensos a partir de 28 de julho de 2013, contribuíram para a redução do tráfego.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2015 foi de 64% de veículos pesados e 36% de veículos leves.

**Tráfego Pedagiado**  
Veículos Equivalentes (milhões)



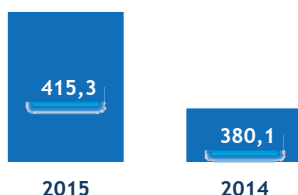
**Composição do Tráfego**  
Ano 2014



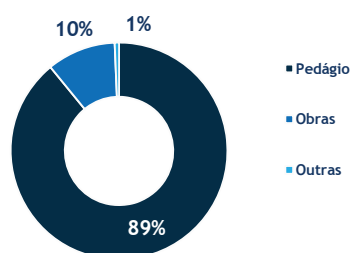
## Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$415,3 milhões em 2015, com crescimento de 9,2% em relação aos R\$380,1 milhões registrados em 2014.

**Receita Bruta**  
(R\$ milhões)



**Composição da Receita Bruta**  
Ano 2015



A receita de pedágio apresentou ligeira queda de 0,2%, passando de R\$370,8 milhões em 2014 para R\$369,9 milhões em 2015. A principal razão que levou à retração observada na receita foi a queda do tráfego equivalente conforme comentado acima, compensado pelo reajuste das tarifas básicas praticadas em 4,11% a partir de 01/07/2015, com base na evolução do IGPM entre os meses de junho de 2014 e maio de 2015, levado em consideração, além da previsão contratual, o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 11/2011, bem como o Termo de Retirratificação ao sobredito TAM, formalizado em 25/06/2015.

Já a receita de obras, proveniente da realização de investimentos no intangível, registrou acréscimo de R\$36,2 milhões, passando de R\$6,5 milhões em 2014 para R\$42,7 milhões em 2015 tendo como destaque para as obras de revitalização das marginais de Jaú.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$2,7 milhões, R\$0,2 milhões menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

No ano de 2015, a Companhia obteve receita líquida de R\$382,9 milhões, R\$35,2 milhões superior ao ano de 2014.



**Custos e Despesas** (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Custo dos serviços de construção	(42,7)	(6,5)	561,2%
Serviços de terceiros	(13,5)	(14,2)	-4,4%
Pessoal	(23,1)	(20,8)	11,4%
Provisão para manutenção em rodovias	(51,5)	(38,7)	32,9%
Conservação	(9,6)	(9,5)	1,2%
Custos com poder concedente	(5,6)	(5,6)	-0,3%
Seguros e garantias	(1,9)	(1,9)	0,0%
Remuneração da administração	(1,9)	(0,9)	96,7%
Consumo	(5,1)	(4,1)	23,7%
Outros	(5,7)	(5,1)	12,8%
<b>Custos e despesas</b>	<b>(160,5)</b>	<b>(107,2)</b>	<b>49,7%</b>

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram aumento de 49,7% em 2015 em comparação ao exercício de 2014. A variação de R\$53,3 milhões é justificada pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$36,2 milhões com os custos dos serviços de construção em razão das obras de revitalização das marginais de Jaú;
- Aumento de R\$2,3 milhões em despesas com pessoal pelo reajuste do dissídio coletivo da categoria em 7% e aumento referente ao rateio das despesas corporativas;
- Aumento de R\$12,8 milhões em “Provisão para manutenção em rodovias” em razão da antecipação das obras da 3ª intervenção de pavimento da SP225, devido à replanejamento de cronograma;
- Aumento de R\$ 1,0 milhão em Remuneração da Administração tendo como destaque a inclusão do rateio das despesas do Diretor Presidente das concessionárias estaduais no ano de 2015;
- Em consumo, variação de R\$1,0 milhão, tendo como impacto principal o reajuste da tarifa de energia elétrica;
- No grupo Outros, a variação de R\$0,6 milhões, justifica-se pelo aumento dos combustíveis observado no período.

### EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receita líquida	382,9	347,7	10,1%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(160,5)	(107,2)	49,7%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>222,4</b>	<b>240,5</b>	<b>-7,5%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	51,5	38,7	32,9%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>273,9</b>	<b>279,2</b>	<b>-1,9%</b>

<sup>1</sup> EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercícios fiscais futuros.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2015 em R\$273,9 milhões, com uma redução de 1,9% em relação ao ano anterior. Essa redução foi gerada principalmente pela queda do tráfego pedagiado e aumento dos custos e despesas.

### Resultado Financeiro

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receitas Financeiras	65,5	53,7	22,0%
Despesas Financeiras	(87,3)	(73,2)	19,2%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(21,7)</b>	<b>(19,5)</b>	<b>11,6%</b>

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$21,7 milhões, 11,6% maior em relação ao ano de 2014.

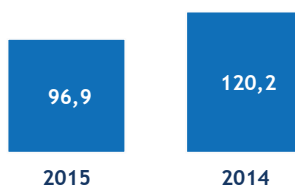
- As receitas financeiras apresentaram um aumento de 22,0%, que correspondeu a R\$11,8 milhões. Este aumento está diretamente relacionado ao aumento da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a qual são remuneradas as aplicações financeiras e os contratos de mútuos.

- As despesas financeiras sofreram aumento de R\$14,1 milhões (19,2%) em consequência da variação maior da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), os quais são aplicados para a remuneração das operações de debêntures.

### Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com lucro líquido de R\$96,9 milhões, com decréscimo de 19,4% em comparação ao exercício de 2014. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para essa queda foram: (i) retração do tráfego pedagiado e (ii) aumento dos custos e despesas operacionais e despesas financeiras.

#### Lucro Líquido (R\$milhões)



### Endividamento

R\$ milhões	31/12/2015	31/12/2014	Var.
<b>Dívida Bruta</b>	<b>411,0</b>	<b>569,0</b>	<b>-27,8%</b>
Curto Prazo	192,7	177,7	8,4%
Longo Prazo	218,3	391,3	-44,2%
Disponibilidades e aplicações financeiras <sup>1</sup>	(62,7)	(252,8)	-75,2%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>348,3</b>	<b>316,2</b>	<b>10,2%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento bruto totalizou R\$411 milhões, apresentando redução de R\$158 milhões (27,8%) em relação ao ano anterior. A redução da dívida resulta da amortização de principal e juros provenientes das operações de 1ª e 2ª Emissão de debêntures.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2015 em R\$348,3 milhões, apresentando aumento de R\$32,1 milhões em relação ao montante de R\$316,2 milhões registrado no encerramento do exercício de 2014, devido aos resgates realizados nos fundos de aplicações para fazer frente aos pagamentos de suas obrigações. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 1,3x.

## **DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

Durante o ano de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários conforme distribuição abaixo representada:

<b>Proventos em Dinheiro</b>	<b>Deliberado em</b>	<b>Pagamento em</b>	<b>Valor</b>
Dividendos	27/03/2015	27/03/2015	R\$ 57,6 milhões
Dividendos	25/09/2015	30/09/2015	R\$ 51,2 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	27/03/2015	27/03/2015	R\$ 3,4 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	25/09/2015	30/09/2015	R\$ 2,3 milhões

## **INVESTIMENTOS**

Em 2015, a Centrovias investiu R\$31,8 milhões em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, foram pagos R\$67,8 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias administradas pela Companhia. Os recursos foram aplicados principalmente nas seguintes obras:

- 3ª intervenção programada de pavimento das rodovias SP 310 e SP 225;
- revitalização das vias marginais de Jaú;
- Equipamentos de rodovia inteligente, em especial sistema de controle de arrecadação;
- a recuperação de obras de artes especiais;
- implantação de sinalização (horizontal e vertical) e dos dispositivos de segurança.

## **RECURSOS HUMANOS**

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2015	2014
Empregos diretos	271	283
Rotatividade	4,06	2,27%

No que concerne à diversidade, a Centrovias apresenta uma participação majoritária de 61,3% de mulheres, contra 38,7% de homens. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 87% dos profissionais. Vale mencionar que 8% possuem superior completo.

Ao longo de 2015, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 4.536 horas de treinamento, o que corresponde, em média, de 17:14 horas de treinamento por profissional.

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

### **Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade**

A Arteris é uma empresa que prioriza desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em promover segurança viária nas rodovias sob concessão, assim como promove projetos voltados para a educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

A Arteris possui ações em seis áreas:

#### **Segurança**

A meta da companhia é reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema – Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. Para o cumprimento deste objetivo, a companhia criou o GERAR – Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação voltados para a preservação da vida no trânsito. Desde setembro de 2014 a empresa realiza o Mês da Segurança Arteris, iniciativa pioneira no setor de concessões rodoviárias voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. Em 2015 a iniciativa conscientizou quase 1 milhão de pessoas e foi aberta com o 2º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras de transportes, Ministério da Saúde, órgãos de policiamento rodoviário, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

#### **Educação**

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, iniciativa com 15 anos que prepara professores para atividades com alunos da rede pública sobre segurança no trânsito. A iniciativa é reconhecida como uma boa prática pelo Unicef

(Fundo das Nações Unidas para a Infância). A mesma estratégia é aplicada para a preparação dos educadores sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres das comunidades lindeiras), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

### **Saúde**

O Programa “Saúde na Boleia” já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo da iniciativa é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte, dado que eles nem sempre possuem condições adequadas para realizar os cuidados com a saúde. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

### **Meio Ambiente**

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, influenciado a maneira como a Arteris realiza as obras de infraestrutura previstas nos contratos de concessão. A empresa desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental em comunidades lindeiras. . O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Além disso, a empresa faz controle e reciclagem do lixo e possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna.

### **Apoio aos projetos de incentivo fiscal**

O apoio a projetos esportivos, culturais, sociais e de saúde relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia. A atuação da empresa também é marcada pela promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a realização de exposições de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais completa já vista no país do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 2015 foi a vez de chegar ao país a exposição de Joan Miró em São Paulo e Florianópolis. Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

## **Voluntariado**

O público interno da companhia, por meio do Programa Voluntários é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos. A empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais e, ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios, fortalecendo a imagem da Arteris.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

### **Declaração da Diretoria**

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

#### **Diretoria**

*Linomar Barros Deroldo*

*Diretor Presidente*

*Márcio Augusto Travain*

*Diretor Administrativo e Financeiro*

*Alessandro Scotoni Levy*

*Diretor de Relações com Investidores*

*Maria de Castro Michielin*

*Diretora Jurídica*

#### **Conselho de Administração**

*David Antonio Díaz Almazán*

*Conselheiro*

*Marta Casas Caba*

*Conselheira*

*Marcos Pinto Almeida*

*Conselheiro*